

Fernando Brandini Barbagalo

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
E RECURSOS CRIMINAIS
EXCEPCIONAIS: EM BUSCA
DA RACIONALIDADE NO SISTEMA
PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

B228p

Barbagalo, Fernando Brandini.

Presunção de inocência e recursos criminais excepcionais: em busca da racionalidade no sistema processual penal brasileiro [recurso eletrônico] / Fernando Brandini Barbagalo. – Dados eletrônicos. – Brasília : TJDF, 2015.

163 p.

ISBN : 978-85-60464-03-6

1. Direito Penal. 2. Presunção de inocência. 3. Sistema jurídico brasileiro. 4. Princípios jurídicos. I. Título

CDU 343.2

1044698

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
PREFÁCIO	12
CAPÍTULO 1	20
» 1 Noções Introdutórias	20
» 1.1 Noções preliminares essenciais. O direito penal e as teorias da pena.	20
1.1.1 Teorias Absolutas: O Punir por Punir.	23
1.1.2 Teorias Relativas: A Punição como Função.	24
1.1.3 Teorias Mistas: Consolidando Conceitos.	25
1.1.4 As Modernas Concepções sobre os Fins da Pena.	26
1.1.5 Teorias adotadas pelo Direito Penal brasileiro. O direito de punir e o sistema jurídico-penal brasileiro.	29
» 1.2 Direito Penal e Processo Penal. A duplicidade de função: garantia do cidadão e instrumentalidade da punição.	30
» 1.3 Justificativa inicial: o caminho a ser seguido.	35
CAPÍTULO 2	37
» 2 Onde e Como é Positivada a Garantia da Presunção de Inocência	37



» 2.1 A presunção de inocência nas declarações, tratados e convenções internacionais.	37
» 2.2 A presunção de inocência nas Constituições pelo mundo.	40
2.2.1 <i>A presunção de inocência nas constituições europeias.</i>	41
2.2.2 <i>A presunção de inocência nas constituições da América do Norte.</i>	43
2.2.3 <i>A presunção de inocência nas constituições da América do Sul.</i>	44
» 2.3 Considerações referentes ao tema.	45

CAPÍTULO 3	47
------------	----

» 3 A Presunção de Inocência e a Constituição Brasileira de 1988	47
» 3.1 O caminho (tortuoso) da presunção de inocência na Constituição de 1988.	47
» 3.2 O trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Da euforia à realidade.	49
» 3.3 A emenda n. 1P1998-7. Justificativa insuficiente. Ausência de registro de deliberação sobre o tema.	51
» 3.4 Aprovação do Projeto de Constituição. Aspectos formais desconsiderados.	53
» 3.5 Considerações críticas.	53

CAPÍTULO 4	55
------------	----

» 4 Análise Doutrinária e Jurisprudencial da Presunção de Inocência	55
» 4.1 Presunção de inocência ou de não culpabilidade: a discussão das escolas penais italianas.	55
» 4.2 Conteúdo do enunciado normativo. Estabelecendo conceitos.	60



» 4.3 Princípio ou regra.	61
» 4.4 Presunção ou estado de inocência.	65
» 4.5 Presunção técnico-jurídica ou política.	67
» 4.6 Considerações sobre o tema.	69

CAPÍTULO 5	71
------------	----

» 5 A Presunção de Inocência e o Sistema Jurídico Brasileiro	71
» 5.1 A quem se aplica a presunção de inocência. Os limites subjetivos.	72
» 5.2 Qual matéria é abrangida pela presunção de inocência. Os limites materiais da presunção de inocência.	76
» 5.3 Reflexos extraprocessuais da presunção de inocência. O problema da mídia.	84
» 5.4 Considerações.	87

CAPÍTULO 6	88
------------	----

» 6 A Presunção de Inocência e o Processo Penal	88
» 6.1 A presunção de inocência e a efetividade da sentença penal condenatória. Confrontando problemas.	90
» 6.2 Natureza jurídica da sentença penal condenatória submetida a recurso. Análise e questionamentos.	91
» 6.3 Considerações.	94



» 6.4 O duplo grau de jurisdição e os recursos ordinários e extraordinários.	96
» 6.5 O trânsito em julgado em xequê. A influência do panorama recursal brasileiro na limitação conceitual do instituto.	102
» 6.6 Quebrando tabus. Recursos protelatórios e a posição do Supremo Tribunal Federal.	105
» 6.7 Conexão objetiva e subjetiva reflexos no trânsito em julgado. Algumas considerações e ideias.	108
» 6.8 Trânsito em julgado da decisão sujeita a recurso extraordinário e especial. Especulação hermenêutica.	113
» 6.9 O Recurso Especial e Extraordinário, a vedação de efeito suspensivo e a execução provisória da condenação criminal.	116
» 6.10 Revisitando os aspectos jurídicos da prisão preventiva.	122
» 6.11 As classes sociais subalternas e os recursos extraordinários. Uma visão equivocada.	125
» 6.12 Efeito suspensivo e recursos extraordinários no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Aspectos desconsiderados.	128
» 6.13 A indefinição do Supremo Tribunal Federal sobre a mitigação do princípio da presunção da inocência na fase recursal.	140
» 6.14 Conclusão Parcial e Considerações Doutrinárias.	144
» 6.15 Conclusão. A Busca pela Racionalidade do Sistema Processual e a Acomodação de Direitos Fundamentais. Propostas e Justificativas.	145

